

Ex-presidente da OAB-MT é preso por suspeita de fraudes

Ex-presidente da seccional de Mato Grosso da Ordem dos Advogados do Brasil, Francisco Faiad foi preso preventivamente na manhã desta terça-feira (14/2) pela Polícia Civil na operação sodoma, que investiga fraudes à licitação, desvio de dinheiro público e pagamento de propinas. O ex-governador do estado Silval da Cunha Barbosa (PMDB) também é alvo da investigação, mas ele já estava preso por causa de outro processo.

Reprodução



Durante sua gestão na OAB-MT, Faiad chegou a receber determinação da Justiça para que deixasse o cargo, mas conseguiu liminar na segunda instância. Reprodução

Esta é a 5ª fase da operação sodoma, que investiga fraudes feitas pelos representantes da empresa Marmeleiro Auto Posto Ltda. e Saga Comércio Serviço Tecnológico e Informática Ltda., em benefício da organização criminosa comandada pelo ex-governador Silval da Cunha Barbosa.

Além de Faiad, que também foi secretário na gestão Silva, tendo comandado a pasta de Administração, foram presos mais três ex-secretários: Valdisio Juliano Viriato, ex-secretário-adjunto de Transportes; Sílvio César Corrêa Araujo, ex-chefe de Gabinete de Silval Barbosa; e José Jesus Nunes Cordeiro, ex-secretário adjunto de Administração.

Em nota, a atual direção da OAB-MT disse que está acompanhando o caso a fim de garantir as prerrogativas de Faiad como advogado. O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, e o presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP), André Stumpf, acompanham os depoimentos na Delegacia Fazendária de Cuiabá.

Gestão conturbada

A gestão de Faiad na OAB-MT não economizou em polêmicas. [Um juiz o afastou do cargo em 2009](#) por improbidade, tráfico de influência e concorrência desleal. Ele era acusado de prejudicar a conclusão de um processo, com repetidos pedidos de reconsideração. O processo referia-se a uma execução no valor de R\$ 9 milhões.

Antes de efetivamente deixar a presidência, Faiad conseguiu [liminar no Tribunal Regional Federal da 1ª Região para permanecer no cargo](#)



. O desembargador Jirair Aram Meguerian disse que a decisão gerou uma "situação de instabilidade à instituição, aos advogados em particular e à sociedade em geral".

Na época, a [Polícia Federal abriu inquérito](#) para investigar o caso.

Vantagens indevidas

A investigação atual é presidida pela Delegacia Especializada de Crimes Fazendários e Contra a Administração Pública. Foram cumpridos cinco mandados de prisão preventiva, nove de condução coercitiva e nove de busca e apreensão domiciliar, nos estados de Mato Grosso, Santa Catarina e Distrito Federal.

Segundo a Polícia Civil apurou, as empresas foram utilizadas pela organização criminosa, investigada na operação Sódoma, para desvios de recursos públicos e recebimento de vantagens indevidas, utilizando-se de duas importantes secretarias, a antiga Secretaria de Administração (Sad) e a Secretaria de Transporte e Pavimentação Urbana (Septu), antiga Secretaria de Infraestrutura (Sinfra).

As duas empresas, juntas, receberam aproximadamente R\$ 300 milhões, entre os anos 2011 e 2014, do estado de Mato Grosso, em licitações fraudadas. Com o dinheiro desviado, efetuaram pagamento de propinas em benefício da organização criminosa no montante estimado em mais de R\$ 7 milhões.

Os presos e conduzidos estão sendo levados para a Defaz. As ordens judiciais foram decretadas pela juíza da 7ª Vara Criminal da Comarca de Cuiabá, Selma Rosane Santos Arruda.

Date Created

14/02/2017